

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ESQUEMATIZADO**

**2026
2029**



CIDADE DE
**PORTO
VELHO**



Prefeitura Municipal de Porto Velho

FICHA TÉCNICA

LEONARDO BARRETO DE MORAES

Prefeito do Município de Porto Velho

MAGNA DOS ANJOS QUEIRÓZ

Vice-Prefeita

WAGNER GARCIA DE FREITAS

Secretário Municipal de Economia

SÉRGIO LUIZ PACÍFICO

Secretário Municipal Adjunto de Economia

LARISSA ANANDA PAIVA MACIEL

Secretária Executiva de Planejamento

LETÍCIA AGNES GONÇALVES BARROS

Secretária Executiva de Orçamento

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário Executivo de Finanças e Contabilidade

ARI CARVALHO DOS SANTOS

Secretário Executivo da Receita Municipal

ELABORAÇÃO:

MEIRE DARC DANTAS DE FIGUEIREDO

Assessora Executiva I

CAPA

Elaboração: D'arc Dantas

Fotos: Internet



Apresentação

O Planejamento Estratégico da Administração Municipal configura-se como instrumento estruturante de governança pública, destinado a orientar, de forma sistêmica e integrada, a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas no horizonte de médio e longo prazo. Por meio da definição de diretrizes institucionais — tais como missão, visão, valores e objetivos estratégicos — estabelece-se um referencial normativo e gerencial que direciona a atuação estatal para a promoção do desenvolvimento social, cultural, econômico e ambientalmente sustentável. Nesse contexto, o planejamento estratégico assume papel central na racionalização do processo decisório, na priorização de investimentos e na alocação eficiente dos recursos públicos, assegurando a aderência das ações governamentais às demandas coletivas e aos princípios da administração pública.

A articulação entre o Planejamento Estratégico e os instrumentos de planejamento e orçamento — notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) — constitui requisito indispensável para a efetividade das políticas públicas e a materialização das metas institucionais. O PPA, com vigência quadrienal, consolida as diretrizes, objetivos e metas da administração, refletindo, em nível programático, as prioridades estratégicas estabelecidas. A LDO, por sua vez, exerce função normativa e orientadora ao definir as metas e prioridades para cada exercício, bem como estabelecer os parâmetros para a elaboração da LOA. Esta última, enquanto instrumento operacional, explicita a programação orçamentária anual, detalhando a estimativa de receitas e a fixação das despesas. Dessa forma, o Planejamento Estratégico atua como eixo estruturante do ciclo de planejamento e orçamento, promovendo a coerência, a integração e a efetividade na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável do município.



“Porto Velho: Capital de Rondônia e Portal de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”

O município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, destaca-se como um dos principais centros administrativos, econômicos e logísticos da Região Norte do Brasil. Inserido no contexto amazônico, o município apresenta dinâmica populacional crescente e heterogênea, consolidando-se como polo estratégico para a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Ocidental.

Sua formação histórica está diretamente associada à implantação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912 e determinante para a oficialização do município em 2 de outubro de 1914. Concebida para viabilizar o escoamento da produção gomífera durante o Ciclo da Borracha, a ferrovia constituiu um dos mais complexos empreendimentos de engenharia da época, tornando-se patrimônio histórico e elemento estruturante da identidade local.

Do ponto de vista econômico, Porto Velho apresenta estrutura produtiva diversificada. As atividades agropecuárias mantêm relevância histórica e territorial, enquanto os setores de comércio e serviços exercem papel significativo na geração de emprego e renda. Destaca-se, ainda, o setor energético, com a presença das usinas hidrelétricas de Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e Usina Hidrelétrica de Jirau, localizadas no Rio Madeira, que configuram importantes ativos estratégicos para a matriz energética nacional.

No campo cultural, o município evidencia forte diversidade de manifestações populares, com destaque para eventos tradicionais como o Carnaval e o Arraial Flor do Maracujá, além de equipamentos culturais que promovem a valorização da produção artística e da memória histórica local, a exemplo do Mercado Cultural e do complexo ferroviário histórico.

Sob a perspectiva territorial e turística, Porto Velho configura-se como porta de entrada para a Amazônia, oferecendo potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico e histórico, com destaque para os passeios fluviais no Rio Madeira e para seus bens arquitetônicos e institucionais.

No âmbito educacional, a cidade abriga instituições de relevância, como a Universidade Federal de Rondônia, que desempenha papel estratégico na formação de capital humano e na produção de conhecimento científico voltado às especificidades regionais. Ademais, a infraestrutura de transporte aéreo é assegurada pelo Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira de Oliveira, ampliando a conectividade do município em escala nacional.



Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico configura-se como instrumento essencial de gestão pública, destinado a orientar de forma integrada a atuação dos órgãos e entidades da administração municipal, conferir transparência aos princípios que norteiam a ação governamental e estabelecer, de maneira clara, o modelo de governo a ser implementado. Trata-se de um documento de caráter pragmático, estruturado em diretrizes, programas e ações concretas, técnica e operacionalmente viáveis, a serem executadas de forma coordenada pelos gestores da administração direta e indireta, incluindo autarquias, fundações e empresas públicas.

As diretrizes estabelecidas neste Planejamento consolidam a agenda estratégica da Administração Municipal para o período do quadriênio, sintetizando o conjunto de entregas institucionais que se pretende legar ao município de Porto Velho e à sua população. Tal orientação está fundamentada na elevação contínua da qualidade dos serviços públicos, com vistas a ampliar a presença efetiva do Estado no cotidiano dos cidadãos, por meio da universalização e qualificação das políticas públicas nas áreas de saúde, segurança, educação, cultura, esporte, mobilidade urbana, meio ambiente, infraestrutura e inclusão social.

Adicionalmente, o Planejamento reafirma o compromisso governamental com a promoção do desenvolvimento sustentável e com a transformação estrutural da economia local, posicionando o município como polo estratégico de produção e distribuição de alimentos na região. Nesse contexto, prioriza-se o fortalecimento das bases econômicas, a ampliação da infraestrutura urbana e logística e a implementação de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e territoriais, em consonância com os princípios da eficiência, equidade e responsabilidade na gestão pública.





Diretrizes Institucionais

O Planejamento Estratégico Esquemático 2026–2029 do Município de Porto Velho fundamenta-se em diretrizes institucionais que orientam a atuação governamental, assegurando coerência entre a formulação, a execução e o monitoramento das políticas públicas.

Nesse contexto, a Missão, a Visão e os Valores constituem os pilares estruturantes da gestão municipal, orientando a definição dos objetivos estratégicos, a organização dos programas de governo e a priorização das ações no âmbito do Plano Plurianual.

MISSÃO INSTITUCIONAL

A Administração Pública Municipal tem como missão:

Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável do Município, por meio da gestão eficiente das políticas públicas, da administração com excelência dos recursos públicos, da prestação de serviços de qualidade ao cidadão e da promoção da cidadania.

Essa diretriz orienta a atuação governamental no sentido de garantir a efetividade das políticas públicas e o atendimento às demandas da população, em consonância com os princípios da eficiência e da responsabilidade na gestão fiscal.

VISÃO DE FUTURO (2026–2029)

A Visão institucional para o período do PPA 2026–2029 estabelece que o Município de Porto Velho buscará:

Ser referência em gestão pública, promovendo o desenvolvimento sustentável, social e econômico, consolidando-se como um polo estratégico portuário e logístico de produção e distribuição de alimentos da Região Norte.

A definição dessa visão orienta o direcionamento das políticas públicas para o fortalecimento da economia local, a redução das desigualdades e a ampliação da competitividade regional, em alinhamento com os objetivos estratégicos da gestão municipal.

VALORES INSTITUCIONAIS

A atuação da Administração Municipal é pautada pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam:



- Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência

Tais valores constituem diretrizes permanentes para a conduta dos agentes públicos e para a implementação das políticas públicas, assegurando transparência, ética, responsabilidade e compromisso com o interesse público.

INTEGRAÇÃO COM O PPA 2026–2029

A Missão, a Visão e os Valores institucionais encontram-se diretamente integrados à estrutura do Plano Plurianual, orientando:

- a definição dos **eixos estratégicos (Gestão, Cidade e Pessoas)**;
- a formulação dos **Programas de Governo**;
- o desdobramento em **ações finalísticas e administrativas**;
- a definição de **metas e indicadores de desempenho**;
- o modelo de **gestão por resultados** adotado pela Administração Municipal.

Essa integração assegura que o planejamento estratégico não se limite a diretrizes conceituais, mas se traduza em ações concretas, mensuráveis e alinhadas às necessidades da população.

A incorporação da Missão, Visão e Valores ao Planejamento Estratégico Esquematizado 2026–2029 fortalece a governança pública, assegura alinhamento institucional e contribui para a implementação de um modelo de gestão orientado a resultados, com foco na eficiência, na transparência e na efetividade das políticas públicas.



DIRETRIZES INSTITUCIONAIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ESQUEMATIZADO 2026–2029

MISSÃO 

Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável do Município, por meio da gestão eficiente das políticas públicas, da administração com excelência dos recursos públicos, da prestação de serviços de qualidade ao cidadão e da promoção da cidadania.

VISÃO 

Ser referência em gestão pública, promovendo o desenvolvimento sustentável, social e econômico, consolidando-se como um polo estratégico portuário e logístico de produção e distribuição de alimentos da Região Norte.

VALORES 

Compromisso com os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.





Metodologia 2022-2025

Entre janeiro e março de 2021, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) dedicou esforços substanciais para desenvolver uma metodologia voltada ao aprimoramento da programação das principais peças orçamentárias do Município de Porto Velho, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Planejamento Estratégico Municipal.

Essa metodologia integrou a elaboração do PPA ao Planejamento Estratégico Municipal, contemplando aspectos essenciais ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar da população. A abordagem considerou a análise e a articulação dos princípios do Plano Diretor, das metas e diretrizes do Plano de Saúde, das estratégias do Plano Educacional, das iniciativas do Plano de Ação Social e dos compromissos estabelecidos no Plano de Governo da Gestão 2021–2024.

Ao combinar esses elementos, a SEMPOG buscou estruturar uma estratégia pública abrangente e integrada, assegurando que as políticas públicas e os investimentos de longo prazo estivessem alinhados às necessidades e aspirações da população, bem como às diretrizes de desenvolvimento urbano e social do Município.

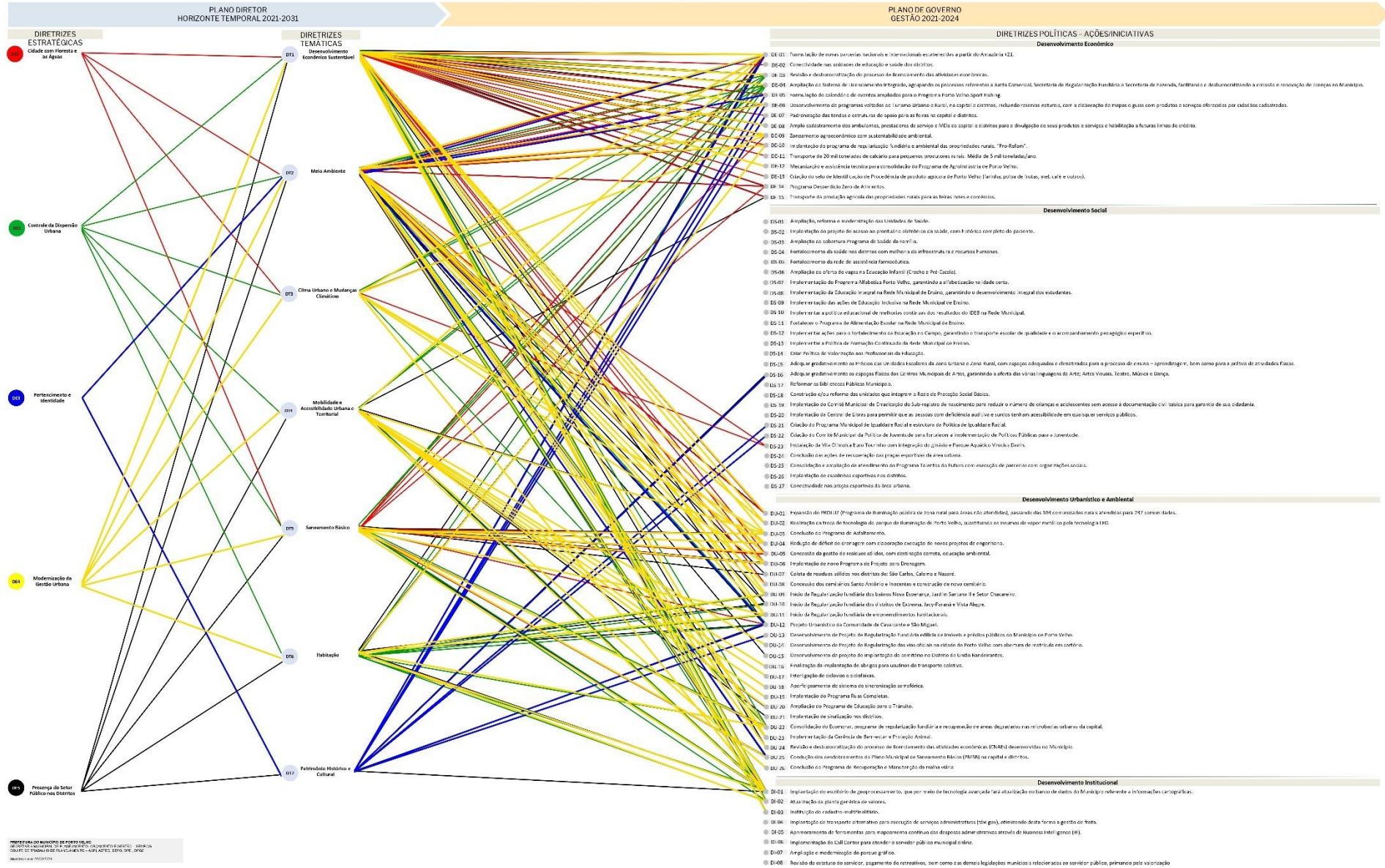
A metodologia foi concebida com o propósito de valorizar e modernizar o Planejamento Municipal e suas peças orçamentárias, notadamente o PPA, a LDO e a LOA. Nesse sentido, teve como objetivo fortalecer essas ferramentas como instrumentos estratégicos de gestão, capazes de subsidiar os gestores públicos na tomada de decisões.

Desenvolvida em um contexto marcado pela crise sanitária da COVID-19, a metodologia foi estruturada com base em premissas realistas e adaptativas. Além de possibilitar o acompanhamento e a avaliação da execução físico-financeira, a abordagem incorporou o enfoque na avaliação de resultados, contribuindo para um planejamento mais eficiente, responsivo e alinhado às demandas emergentes da sociedade.

A seguir a esquematização da metodologia desenvolvida, em 2021:



METODOLOGIA PARA SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO





Evolução da Metodologia

A metodologia adotada para elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, foi uma evolução da metodologia adotada para o PPA 2022-2025, foi orientada por uma integração do planejamento governamental, estruturada para assegurar a articulação entre os níveis estratégico, tático e operacional, com foco na coerência das políticas públicas, na eficiência da gestão e na geração de resultados para a sociedade.

O processo metodológico fundamentou-se na análise de convergência entre os principais instrumentos de planejamento vigentes no município, incluindo:

- Plano de Governo 2025–2028,
- Plano Diretor Participativo,
- Planos setoriais (saúde, educação, assistência social, saneamento, mobilidade, turismo, habitação, entre outros) e
- Demais normativos aplicáveis.

Essa abordagem garantiu alinhamento institucional, continuidade das políticas públicas e aderência às agendas globais, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O processo metodológico foi integralmente consolidado em uma planilha estruturada como instrumento técnico central, permitindo a organização, vinculação e rastreabilidade das informações, bem como a visualização clara do encadeamento lógico entre os elementos que compõem o planejamento público municipal.

Como resultado desta articulação integrada, a arquitetura estratégica do PPA foi consolidada em **três grandes eixos, dez diretrizes estratégicas e vinte e quatro macros objetivos**, organizados conforme a natureza de sua atuação.

I - Estruturação Estratégica do PPA

A metodologia de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 foi orientada pelas diretrizes estabelecidas no Plano de Governo 2025–2028, estruturando-se a partir dos eixos estratégicos **Gestão, Cidade e Pessoas**, os quais expressam a visão de desenvolvimento sustentável, integrado e orientado a resultados para o Município.

- **Eixo Gestão:** voltado à governança, eficiência administrativa, inovação e modernização da gestão pública;



- **Eixo Cidade:** direcionado ao desenvolvimento territorial, infraestrutura, sustentabilidade e dinamização econômica;
- **Eixo Pessoas:** centrado no desenvolvimento humano, inclusão social e promoção da cidadania.

As ligações estabelecidas contemplaram:

- a vinculação dos eixos estratégicos aos Programas de Governo;
- o desdobramento dos programas em ações finalísticas e administrativas;
- a integração das ações com metas físicas e indicadores de desempenho;
- a compatibilização entre metas e recursos orçamentários;
- o alinhamento com os instrumentos legais e planos setoriais;
- a aderência aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Organização das Nações Unidas, promovendo a integração entre o planejamento local e a Agenda 2030.

Essa abordagem metodológica fortalece o modelo de gestão por resultados, permitindo o monitoramento contínuo das ações governamentais e assegurando maior efetividade na implementação das políticas públicas.

II – Desdobramento Programático em Ações Governamentais

Os Programas de Governo foram operacionalizados por meio de ações classificadas em:

- ações finalísticas, voltadas à entrega direta de bens e serviços à sociedade;
- ações administrativas, destinadas ao suporte da estrutura organizacional e à manutenção das atividades governamentais.

Tal desdobramento permite identificar, de forma objetiva, os mecanismos de execução das políticas públicas.

III – Integração entre Ações, Metas e Indicadores

Cada ação governamental foi vinculada a metas físicas e indicadores de desempenho, possibilitando o monitoramento sistemático da execução e a avaliação dos resultados alcançados, em consonância com os princípios da gestão por resultados.

IV – Compatibilização entre Metas Físicas e Financeiras

As metas físicas foram correlacionadas às respectivas dotações orçamentárias, assegurando a compatibilidade entre o planejamento e os instrumentos de execução orçamentária, em observância ao disposto no art. 165 da Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101/2000.

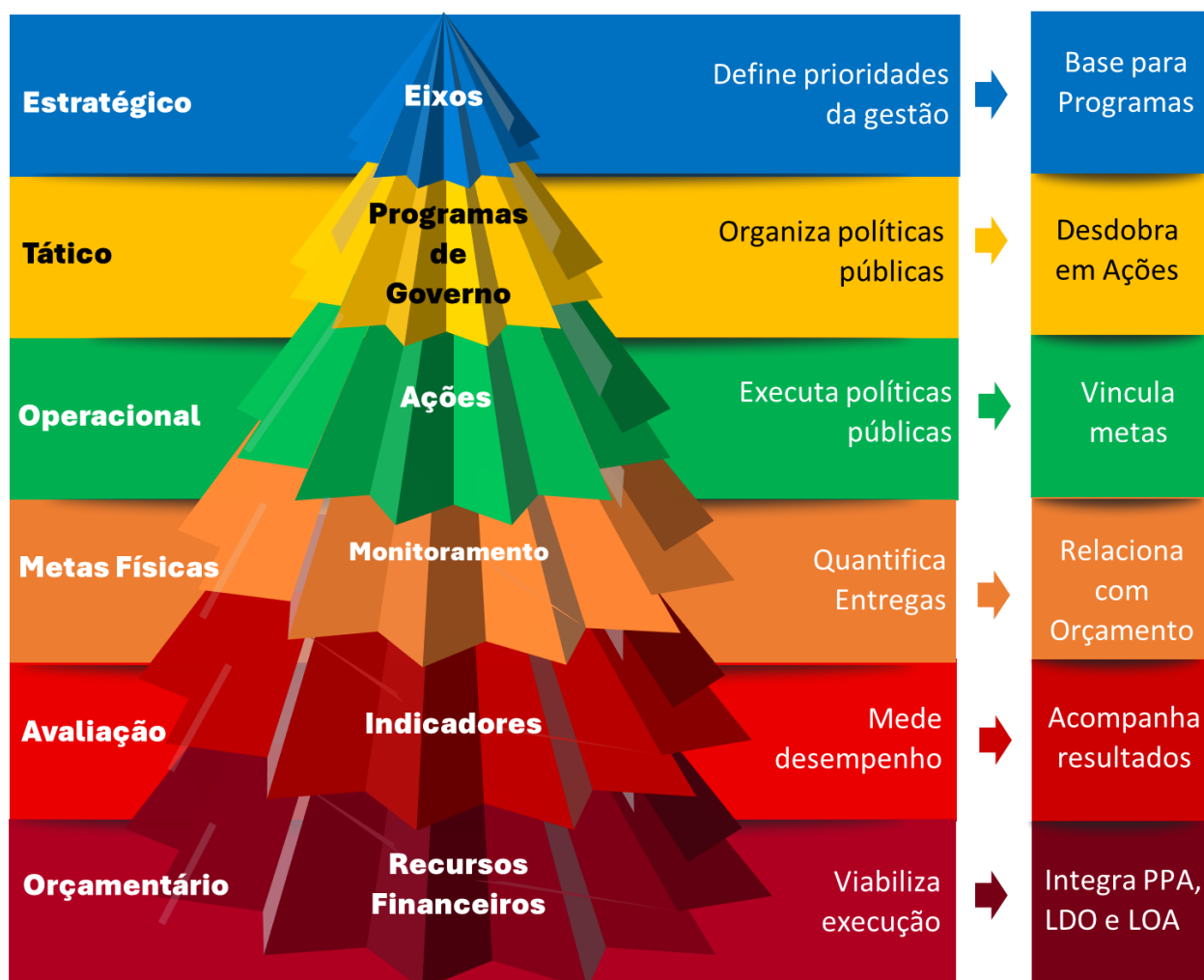


VI – Consolidação, Padronização e Rastreabilidade das Informações

A utilização da planilha estruturada permitiu a consolidação integrada das informações, garantindo padronização metodológica, transparência dos dados e facilidade de acompanhamento, revisão e controle.

Dessa forma, a metodologia adotada assegura a construção de um instrumento de planejamento consistente, integrado e orientado a resultados, alinhado às boas práticas de gestão pública e às diretrizes dos órgãos de controle externo.

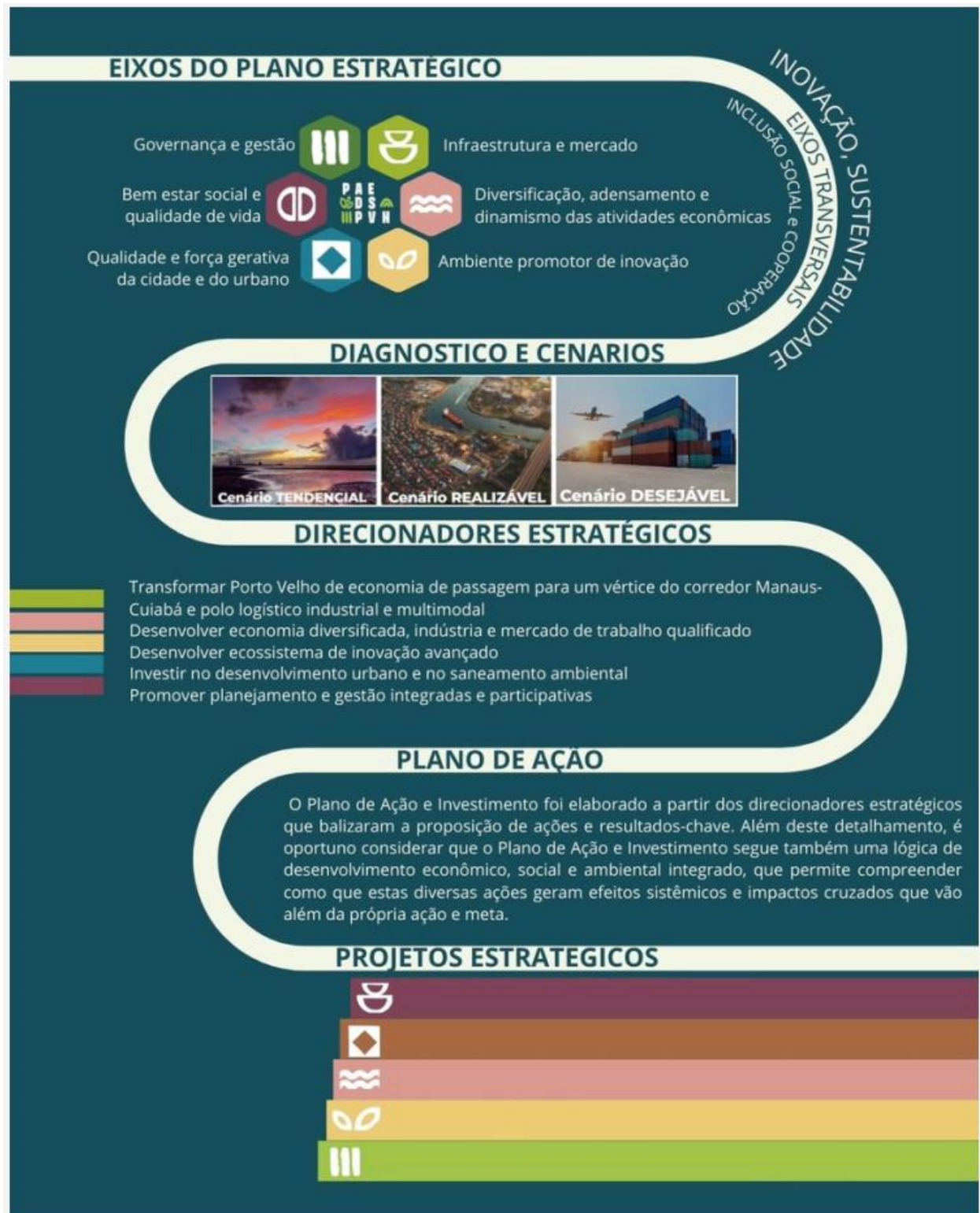
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ESQUEMATIZADO

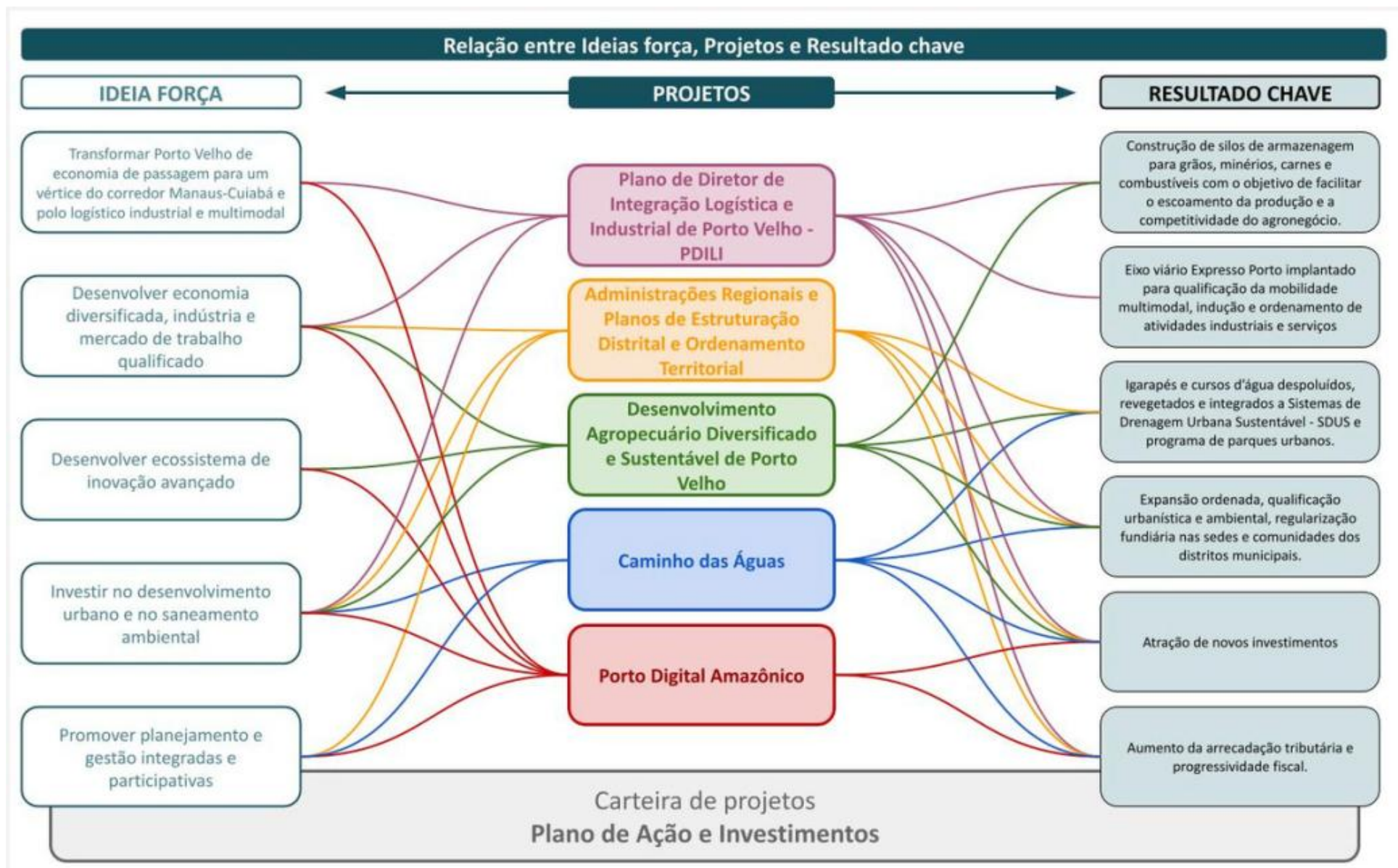


Metodologia do PPA 2026-2029



O PAEDS-PVH, COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTO VELHO





ODS - AGENDA 2030

 **OBJETIVOS** DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p> 	<p>2 FOME ZERO</p> 	<p>3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR</p> 	<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p> 	<p>6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO</p> 
<p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> 	<p>8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> 	<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> 	<p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> 	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 
<p>13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</p> 	<p>14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA</p> 	<p>15 VIDA SOBRE A TERRA</p> 	<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES</p> 	<p>17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS</p> 	<p> OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p>



PROGRAMA DE GOVERNO		
Eixo	Diretriz Política	Ações/Iniciativas
CIDADE	Porto Velho com Segurança Pública	1 Criação da Guarda Municipal de Porto Velho
		2 Criação da Ronda Rural da Guarda Municipal
		3 Criação da Ronda Maria da Penha da Guarda Municipal
		4 Centro Integrado de Comando e Controle Municipal
		5 Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)
		6 Criação da Secretaria de Segurança e Ordem Pública
		7 Investimento em Tecnologia de Ponta
		8 Prevenção e Inclusão Social
		9 Implementação da Atividade Delegada
		10 Projeto "Porto Velho Mais Segura"
		11 Programa "Paz na Área"
		12 Reforço na Parceria com PM e PC
		13 Apoio ao Conselho de Segurança Comunitária (CONSEG)
		14 Fortalecimento da Defesa Civil
	Porto Velho com Meio Ambiente Cuidado e Sustentabilidade	1 Gestão de Resíduos
		2 Investimento em Energias Renováveis
		3 Conservação Ambiental
		4 Manutenção e limpeza
		5 Educação Ambiental
	Porto Velho com Infraestrutura e Mobilidade Urbana	1 Expansão e Revitalização das Cicloviás e Ciclofaixas
		2 Projeto "Porto Velho de Bike"
		3 Áreas de Treinamento para Ciclistas e Campanhas Educativas
		4 Minicidade para Educação no Trânsito
		5 Criação do Sistema Integrado de Transporte Público
		6 Investimento em Frota Moderna e Ambientalmente Viável
		7 Terminais de Integração e Pontos de Ônibus Moderno
		8 Mobilidade Sustentável
		9 Melhora do Fluxo de Trânsito
		10 Infraestrutura Urbana
		11 Sinalização Pública e Viária
		12 Rede de Esgotos
		13 Incentivo à Construção de Banheiros e Fossas Sépticas/Ecológicas em Áreas Rurais
		14 Parcerias e Financiamento
	Porto Velho com Agricultura Sustentável	1 Incentivo à Diversificação das Cadeias Produtivas
		2 Apoio à Produção Orgânica
3 Assistência Técnica e Educação Ambiental		
4 Infraestrutura e Logística Rural		
5 Fortalecimento da Agricultura Familiar		
6 Revitalização da Pecuária, de Corte e Leite e Outras Cadeias Produtivas		
7 Incentivo às Feiras Livres e Mercados Populares		



PROGRAMA DE GOVERNO		
EIXO	DIRETRIZ POLÍTICA	AÇÕES/INICIATIVAS
PESSOAS	PORTO VELHO COM SAÚDE	1 FORTALECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
		2 MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA:
		3 MUTIRÕES DE CONSULTAS E CIRURGIAS
		4 AÇÕES DE PREVENÇÃO E MEDICINA PREVENTIVA
		5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
		6 CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
		7 GARANTIA DE ATENDIMENTO HUMANIZADO
		8 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
	PORTO VELHO COM AS MULHERES	1 PROJETO “MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA”
		2 CRIAÇÃO DO PROJETO “FLORECER”
		3 PROJETO “MULHER EMPREENDEDORA”
		4 APLICATIVO DE SEGURANÇA MARIA DA PENHA
		5 COMPLEXO DE ATENDIMENTO À MULHER
		6 AMPLIAÇÃO DE VAGAS PARA CRECHE 1
		7 CRECHES NOTURNAS
		8 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
	PORTO VELHO COM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM TEA E OUTROS DISTÚRBIOS DO NEURODESENVOLVIMENTO	1 EXPANSÃO E CAPACITAÇÃO EM TERAPIAS
		2 CONTRATAÇÃO DE CUIDADORES ESPECIALIZADOS
		3 INCLUSÃO ESCOLAR
		4 APOIO FINANCEIRO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA
		5 PRIORIDADE EM BOLSAS DE ENSINO
		6 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA ATÍPICA (PFFA)
		7 EMPREGABILIDADE E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO
		8 CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
		9 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA ASSISTIV.
		10 PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO TARDIO
		11 ESPAÇOS DE ESPERA ADAPTADOS
		12 POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM NEURODIVERSIDADE
		13 CONSELHO MUNICIPAL DE MÃES E PAIS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTAS (TEA)
	PORTO VELHO COM POLÍTICA DE COMBATE ÀS DROGAS	1 CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO INTERNO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
		2 APOIO E PARCERIAS COM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS:
		3 INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CAPACITAÇÃO PARA AÇÕES DE CAMPO
	PORTO VELHO COM A CULTURA, ESPORTE E LAZER	1 CRIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA E DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA
		2 IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO CURRÍCULO E DESENVOLVIMENTO DE FANFARRAS
		3 CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES E PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS
		4 INCENTIVOS A CENTROS CULTURAIS E ARTISTAS LOCAIS
		5 FESTIVAL DE MÚSICA E BANDAS DE PORTO VELHO
		6 CRIAÇÃO DA CIA MUNICIPAL DE TEATRO
		7 REGIONALIZAÇÃO DO ESPORTE E LAZER
		8 AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA
9 CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS		
10 CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO:		
11 INVESTIMENTO EM JOGOS REGIONAIS E ESTADUAIS:		
12 INCENTIVOS FISCAIS E CONVÊNIOS PARA O ESPORTE E LAZER		
13 APOIO AOS ATLETAS E AUMENTO DE RECURSOS		



PROGRAMA DE GOVERNO		
EIXO	DIRETRIZ POLÍTICA	AÇÕES/INICIATIVAS
PESSOAS	PORTO VELHO COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	1 PROJETO PRIMEIRA INFÂNCIA ASSISTIDA (PIA)
		2 PROJETO APRENDER INTEGRAL (PAI)
		3 MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO
		4 APERFEIÇOAMENTO DA AVALIAÇÃO MUNICIPAL
		5 PROJETO ESCOLA TECH (PET)
		6 PROJETO ESCOLA MONITORADA (PEM)
		7 ELEIÇÃO DIRETA PARA GESTORES ESCOLARES
		8 APRIMORAMENTO DO ENSINO E DO CURRÍCULO
		9 REFORMA E CLIMATIZAÇÃO DAS ESCOLAS
		10 PROJETO ESCOLA DO POVO (PEP)
		11 PROJETO GESTÃO ESCOLAR HUMANIZADA (PGEH)

PROGRAMA DE GOVERNO			
EIXO	DIRETRIZ POLÍTICA	AÇÕES/INICIATIVAS	
GESTÃO	PORTO VELHO COM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1 PARCERIAS TECNOLÓGICAS	
		2 INCENTIVOS FISCAIS	
		3 INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE INTERMODAL	
		4 DESBUROCRATIZAÇÃO	
		5 CAPACITAÇÃO E LINHAS DE CRÉDITO	
		6 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA AGRÍCOLA	
		7 APOIO ÀS COOPERATIVAS	
		8 INFRAESTRUTURA RURAL	
		9 FOMENTO À INDÚSTRIA CRIATIVA	
	PORTO VELHO COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	1 AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA	
		2 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
		3 PARCERIAS COM COOPERATIVAS DE RECICLAGEM	
		4 AUMENTO DAS EQUIPES DE ZELADORIA	
		5 PLANTA DE REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS ORGÂNICOS	
		6 PROJETO DE COMPOSTAGEM	
7 USINA DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			
PORTO VELHO COM ADMINISTRAÇÃO TRANSPARENTE E HUMANIZADA	1 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
	2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO		
	3 PARTICIPAÇÃO POPULAR		
	4 GESTÃO ÉTICA E SEGURA		
	5 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		

AÇÕES PRIORITÁRIAS	
1	RECUPERAÇÃO DO PARQUE NATURAL (VERIFICAR PPP)
2	SINALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NAS BASES DAS PASSARELAS
3	REFORMA BÁSICA DOS CRAS PAULO FREIRE
4	CRECHE 90 DIAS (42 DIAS) – MORAR MELHOR – 12 SALAS DE AULA
5	RETOMADA DO PROJETO PORTEIRA ADENTRO
6	ENTREPOSTO DE PESCADO
7	MINI CEASA – MODELO BTS



AÇÕES ESTRUTURANTES	
1	CALÇADAS/ACESSIBILIDADE
2	PPP CREMATÓRIO
3	PPP DE REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO RIO MADEIRA
4	PPP MERCADOS E FEIRAS
5	CALÇADÃO DA 7 DE SETEMBRO
6	PPP DA 7 DE SETEMBRO - PONTO DE ONIBUS E INTEGRAÇÃO
7	PROJETO DE ARBORIZAÇÃO – PARQUE LINEAR SANTA BÁRBARA
8	PPP PRAÇAS PÚBLICAS
9	SECA - QUEIMADAS/ FUMAÇA
10	ENERGIA FOTOVOLTAICA ENERGISA (EDITAL PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO FOTOVOLTÁICA MICROGERAÇÃO)
11	SINALIZADORES DE ENCHENTES
12	GUARDA MUNICIPAL
13	AGENTE DE ORDEM PÚBLICA, SERVIÇO VOLUNTÁRIO (AUMENTAR O VALOR);
14	APLICATIVO DE SEGURANÇA INTEGRADA A TODOS OS SERVIÇOS (SISTEMA DE MONITORAMENTO QUE É UTILIZADO POR APP LOCAL DE VEÍCULO)
15	REFIS SOCIAL
16	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA A ESCOLA DE GESTÃO
17	PLANO DE INCENTIVO A APOSENTADORIA
18	REFORMA DA UBS
19	TELEMEDICINA - DISTRITOS
20	CRIAÇÃO DE 1 UPA
21	AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
22	BOAS PRÁTICAS ITAPEVI – MELHORES ALUNOS – PREMIAÇÃO PARA PAIS
23	CASA DO AUTISTA - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO A NEURA DIVERGÊNCIA – CENTRO DE REFERÊNCIA OLIMPÍADAS DO MADEIRA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	
1	EMPREENDER ESFORÇOS PARA OFERTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL E URBANO ACESSÍVEIS À POPULAÇÃO.
2	ESTRUTURAR PROGRAMA COM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA URBANA E HABITACIONAL DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.
3	REGULARIZAR OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DE BAIXA RENDA, EM TERRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS, POR MEIO DE PROJETOS URBANÍSTICOS.
4	ESTRUTURAR UMA POLÍTICA PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE PORTO VELHO.
5	CRIAR ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) EM ÁREAS DE CONJUNTOS HABITACIONAIS PARA CONCLUSÃO E REGULARIZAÇÃO DE OBRAS PARALISADAS.
6	APOIAR OS ÓRGÃOS COMPETENTES, NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PEQUENOS ASSENTAMENTOS RURAIS OU PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, ORIENTANDO QUANTO À UTILIZAÇÃO PREFERENCIAL DA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO (CDRU) COMO ALTERNATIVA TRANSITÓRIA AO TÍTULO DEFINITIVO.
7	ORGANIZAR A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DIRETOR BIENALMENTE.
8	ORIENTAR A EXPANSÃO E ADENSAMENTO URBANOS SEGUNDO A DISPONIBILIDADE, ATUAL E FUTURA, DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO.
9	REORGANIZAR O SISTEMA / METODOLOGIA DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO URBANA.
10	REGULAMENTAR INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.
11	ORGANIZAR O SISTEMA DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO E RODOVIÁRIO PARA APOIAR A PRODUÇÃO RURAL E A CONSOLIDAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS.
12	PROMOVER O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS POR MEIO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO FLUVIAL, NA REGIÃO DO BAIXO MADEIRA.
13	IMPLANTAR SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM TODO O MUNICÍPIO, COM PRIORIDADE AOS ACESSOS AOS DISTRITOS E AO LONGO DO TRECHO URBANO DA BR-364.
14	IMPLEMENTAR SISTEMAS ALTERNATIVOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NOS DISTRITOS.
15	IMPLEMENTAR SISTEMAS SOCIOTÉCNICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CUJA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SEJAM SIMPLIFICADAS E REALIZADAS DE FORMA AUTÔNOMA PELOS PRÓPRIOS MORADORES.
16	INCENTIVAR A COMPOSTAGEM DA PARCELA ORGÂNICA E À SEPARAÇÃO DE MATERIAIS POTENCIALMENTE RECICLÁVEIS NOS DOMICÍLIOS NOS DISTRITOS.
17	PROMOVER SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA O TRATAMENTO DE EFLUENTES E DE RESÍDUOS DECORRENTES DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, EM ESPECIAL AQUELES ORGANIZADO EM NÚCLEOS FAMILIARES.
18	MAPEAR OS VAZIOS URBANOS E IMÓVEIS SUBAPROVEITADOS, NA ÁREA URBANA NO DISTRITO SEDE, COM POTENCIAL PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO	
19	UTILIZAR, NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE PROVISÃO DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL, SOLUÇÕES QUE PROMOAM O APROVEITAMENTO DE IMÓVEIS VAZIOS NA ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA, EM ÁREAS SERVIDAS POR TRANSPORTE PÚBLICO E SERVIÇOS SOCIAIS.
20	ESTIMULAR PARCERIAS ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS E INTERVENÇÕES DESTINADAS À CONSERVAÇÃO DOS BENS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL.
21	ESTRUTURAR A GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO DE FORMA ARTICULADA COM OS ÓRGÃOS ESTADUAL E NACIONAL QUE ATUAM NO TEMA.
22	APOIAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MEIO RURAL E A OBTENÇÃO DE CRÉDITO POR PARTE DE PEQUENOS PRODUTORES E PRODUTORES FAMILIARES
23	INCREMENTAR O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE TERRAS DA UNIÃO PARA O MUNICÍPIO NOS DISTRITOS, DE FORMA A FAVORECER O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
24	ADOTAR MEDIDAS DE CONTENÇÃO AO DESMATAMENTO POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ILEGAIS E DA CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUANDO ADEQUADO.
25	APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE TRABALHO RELACIONADOS AO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, EM ESPECIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS.
26	ESTIMULAR A ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE FINANCIAMENTO QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, GERANDO GANHOS ECONÔMICOS PARA O MUNICÍPIO.
27	ESTIMULAR O INTERCÂMBIO ENTRE A PRODUÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T) NAS ÁREAS DE SAÚDE E COSMÉTICA, COMO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA.
28	IMPLEMENTAR O SISTEMA DE ÁREAS VERDES E ESPAÇOS PÚBLICOS.
29	ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DA ENERGIA ELÉTRICA (PLAMGE).
30	ELABORAR O PLANO DIRETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (PDIP).
31	DESENVOLVER PROGRAMAS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR, AO EXTRATIVISMO E A PRODUÇÃO AGROFLORESTAL QUE VALORIZEM A SOCIOBIODIVERSIDADE LOCAL E QUE FAVOREÇAM A REPRODUÇÃO DOS MODOS DE VIDA RURAIS E RIBEIRINHOS, GARANTINDO A GERAÇÃO DE RENDA COM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS PARA ESSA POPULAÇÃO.
32	APOIAR A AGRICULTURA FAMILIAR, BASEADA NA PRODUÇÃO DE BANANA, AÇAÍ, BURITI E ABACAXI, CONSIDERANDO A ABERTURA DO FRIGORÍFICO DO DISTRITO DE ABUNÃ
33	FORTALECER O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO, PROMOVER QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E A ESTRUTURAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS RURAIS E DE BASE AGROECOLÓGICA.
34	PROMOVER A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DAS CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, BEM COMO TROCAS DE SEMENTES ENTRE PRODUTORES RURAIS E FEIRAS REGIONAIS
35	ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS (PMRR).
36	IMPLEMENTAR O PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON) DO MUNICÍPIO EM DECORRÊNCIA DO PERÍODO DE ENCHETES
37	FOMENTAR A ECONOMIA CRIATIVA, EDUCACIONAL E CULTURAL ALTERNATIVA EM ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS OCIOSOS NA CIDADE
38	PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, COMO APOIO AO ESPORTE E ATIVIDADES CULTURAIS PARA OS NÚCLEOS URBANOS DOS DISTRITOS
39	DESENVOLVER, EM PARCERIA COM DIFERENTES SETORES DA ECONOMIA, PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIRIGIDOS A JOVENS E ADULTOS RESIDENTES NOS DISTRITOS.
40	MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES URBANAS E TERRITORIAIS - SMIUT E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS SIG

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO/ANEXO 3	
1	ATUAR NA PREVENÇÃO DE ALAGAMENTOS NA REGIÃO DE CALADINHO EM SÃO CARLOS.
2	AVALIAR A VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE CEMITÉRIO LOCAL EM UNIÃO BANDEIRANTES.
3	PROMOVER A UTILIZAÇÃO DO POSTO FISCAL E DA SEDE ADMINISTRATIVA, PARA SEUS RESPECTIVOS FINS EM NOVA MUTUM PARANÁ.
4	INVESTIR EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS CULTURAIS NO DISTRITO DE FORTALEZA DO ABUNÃ, EM ESPECIAL O FESTIVAL DA PRAIA, O FESTIVAL GASTRONÔMICO E O CAMPEONATO DE PESCA.
5	IMPLANTAR PORTO ADEQUADO PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE MORADORES E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO CARLOS, NAZARÉ, CALAMA E DEMARCAÇÃO.
6	VIABILIZAR AMBULANCHA PARA NAZARÉ
7	IMPLANTAR SOLUÇÕES DE MOBILIDADE DA POPULAÇÃO, COM TRANSPORTE COLETIVO E INTERDISTRITAL.
8	PROMOVER MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS EM ESPECIAL DE RIO PARDO E DE UNIÃO BANDEIRANTES.



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO/ANEXO 3

9	AVALIAR AS CONDIÇÕES DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO E ADOTAR AS MEDIDAS CABÍVEIS PARA GARANTIR SEGURANÇA HÍDRICA PARA A POPULAÇÃO E A QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA EM ABUNÃ.
10	PROMOVER A LIMPEZA DAS ÁGUAS FLUVIAIS CONTAMINADAS DE EXTREMA.
11	APRIMORAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS DISTRITOS DE PORTO VELHO, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM, ESTAÇÕES DE TRANSBORDO OU NOVOS ATERROS SANITÁRIOS, A DEPENDER DE ESTUDOS ESPECÍFICOS.
12	CONSIDERAR O PERFIL CULTURAL E SOCIAL DA DEMANDA NA PRODUÇÃO DE MORADIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE INTERESSE SOCIAL ADOTANDO SOLUÇÕES ADEQUADAS ÀS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS LOCAIS PARA OS DISTRITOS.
13	IMPLANTAR, EM EXTREMA, UM PARQUE URBANO NO RIO QUE ATRAVESSA O NÚCLEO URBANO, VISANDO O ESTÍMULO A ATIVIDADES AO AR LIVRE E LAZER.
14	CONTER A EXPANSÃO URBANA SOBRE ÁREAS DE IGARAPÉS, NASCENTES E OUTRAS ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS E/OU FRÁGEIS EM NOVA CALIFÓRNIA, SÃO CARLOS, NAZARÉ, CALAMA E DEMARCAÇÃO.
15	MAPEAR AS MORADIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, SUJEITOS A ALAGAMENTOS E DESMORONAMENTOS LOCALIZADAS JUNTO AO RIO MADEIRA E ORIENTAR SOLUÇÕES ADEQUADAS A CADA CASO NO BAIXO MADEIRA.
16	PRIORIZAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM VILA JIRAU EM NOVA MUTUM PARANÁ.
17	ELABORAR PROPOSTA DE ZONEAMENTO DO NÚCLEO URBANO DE JACI-PARANÁ QUE ORIENTE A REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RESERVATÓRIO DA UHE SANTO ANTÔNIO E QUE NELA NÃO ESTEJAM LOCALIZADOS EQUIPAMENTOS URBANOS NEM RESIDÊNCIAS.
18	IMPLANTAR E FORTALECER SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS) PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DESMATADAS DE RESERVAS LEGAIS.
19	INVESTIR EM COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E DIVULGAR CANAIS PARA DENÚNCIA DE QUEIMADAS EM NOVA MUTUM PARANÁ.
20	INVESTIR NA CONSTRUÇÃO DE VIVEIRO DE MUDAS QUE ATENDA À REGIÃO EM ABUNÃ.
21	APOIAR A FISCALIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ESEC DE CUNIÃ EM NAZARÉ.
22	CONTER A ATIVIDADE GARIMPEIRA EM NAZARÉ.
23	GARANTIR INVESTIMENTOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO NÚCLEO URBANO E NA ZONA RURAL EM RIO PARDO.
24	PROPICIAR O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SUA INCLUSÃO NA POLÍTICA DE COMPRAS PÚBLICAS.
25	INCENTIVAR E FORTALECER O PROJETO RECA (REFLORESTAMENTO ECONÔMICO CONSORCIADO E ADENSADO), IMPORTANTE E BEM-SUCEDIDA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.
26	GARANTIR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, LAZER E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS DISTRITOS. ESPECIFICIDADES: CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM NOVA CALIFÓRNIA; AMPLIAÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR DE EXTREMA, PARA ATENDIMENTO DA REGIÃO DO ALTO MADEIRA.
27	GARANTIR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, LAZER E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS DISTRITOS. ESPECIFICIDADES CONSTRUÇÃO DE CRECHE EM NOVA CALIFÓRNIA; CONSTRUÇÃO DE CRECHES EM VISTA ALEGRE DO ABUNÃ; REATIVAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES EM ABUNÃ.
28	PROMOVER A CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO DISTRITO DE DEMARCAÇÃO, PARA GERAÇÃO DE RENDA NO DISTRITO.
29	GARANTIR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, LAZER E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS DISTRITOS. ESPECIFICIDADES: CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA 3ª IDADE EM ABUNÃ.
30	GARANTIR A QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, INCLUINDO A CONSTRUÇÃO E MELHORIA DAS VIAS E PASSEIOS LOCAIS, ARBORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DAS SOLUÇÕES EM ACESSIBILIDADE, EM ESPECIAL AS VIAS PRINCIPAIS: AVENIDAS DOS PIONEIROS, AVENIDA ITAPORÃ, RUA VÁRZEA GRANDE, RUA PIRATINI, RUA JAGUARÉ, RUA DA LIBERDADE (NOVA CALIFÓRNIA); RUA ABUNÃ, RUA CAMPO GRANDE, RUA CASTELO BRANCO, RUA CASTANHAL, ANTIGA RUA DA DELEGACIA, RUA DA ESCOLA JOSÉ AUGUSTO E LINHA 2 (EXTREMA); RUA ANTÔNIO OLÍMPIO DE LIMA, RUA RIO ABUNÃ, RUA CELESTINO COGO, AVENIDAS ANDRÉ DE SOUZA FARIAS, JORGE TEIXEIRA, OLAVO BILAC, JOÃO LEANDRO BARBOSA, E JK, A RUA DO CEMITÉRIO, E A RUA DO SETOR CHACAREIRO (VISTA ALEGRE DO ABUNÃ); RUA TREZE DE SETEMBRO E NA RUA NOVE (FORTALEZA DO ABUNÃ); AVENIDA TIRADENTES (ABUNÃ); AVENIDA JOSÉ RODRIGUES, RUA DO BEM TE VI, RUA ILLARIO MAIA E RUA JOSÉ (JACI-PARANÁ); AVENIDA MUTUM PARANÁ E AVENIDA TIRADENTES (NOVA MUTUM PARANÁ); RUA TIRADENTES, RUA ROBERTO CARLOS, RUA BURITIS, RUA CASTELINHO BRANCO (RIO PARDO); AVENIDA 3 DE DEZEMBRO, RUA 14 DE JULHO E ESTRADA DO LINHÃOZINHO (UNIÃO BANDEIRANTES); ESTRADA DO CUNIÃ, RUA PROFESSOR ÁLVARO COSTA, RUA PADRE CHIQUINHO (SÃO CARLOS); AVENIDA PAULISTA, RUA RAIMUNDO SARMENTO E RUA BEIRA RIO (NAZARÉ); RUA FLÁVIO BARBOSA, RUA JOÃO RAMIRO E RUA BENJAMIN SILVA (DEMARCAÇÃO); RUA SÃO PEDRO, RUA MERCEDES, RUA DA PAZ E A RUA DO AEROPORTO (CALAMA). E, AINDA PARA CALAMA ELABORAR PLANO DE VIAS DO NÚCLEO URBANO COM A DEFINIÇÃO DAQUELAS QUE DEVEM SER PAVIMENTADAS E TER PERMITIDO O TRÁFEGO DE MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS.
31	PRIORIZAR A OCUPAÇÃO DOS LOTES VAZIOS DENTRO DO NÚCLEO URBANO EM FORTALEZA DO ABUNÃ E JACI-PARANÁ.
32	ORDENAR A OCUPAÇÃO DA LOCALIDADE DE CAVALCANTE EM SÃO CARLOS.
33	FORTALECER A FISCALIZAÇÃO PARA CONTER A DISPERSÃO URBANA EM VISTA ALEGRE DO ABUNÃ.
34	REDUZIR A ZONA DE EXPANSÃO URBANA DELIMITADA NO ZONEAMENTO DO NÚCLEO URBANO EM NOVA MUTUM PARANÁ.

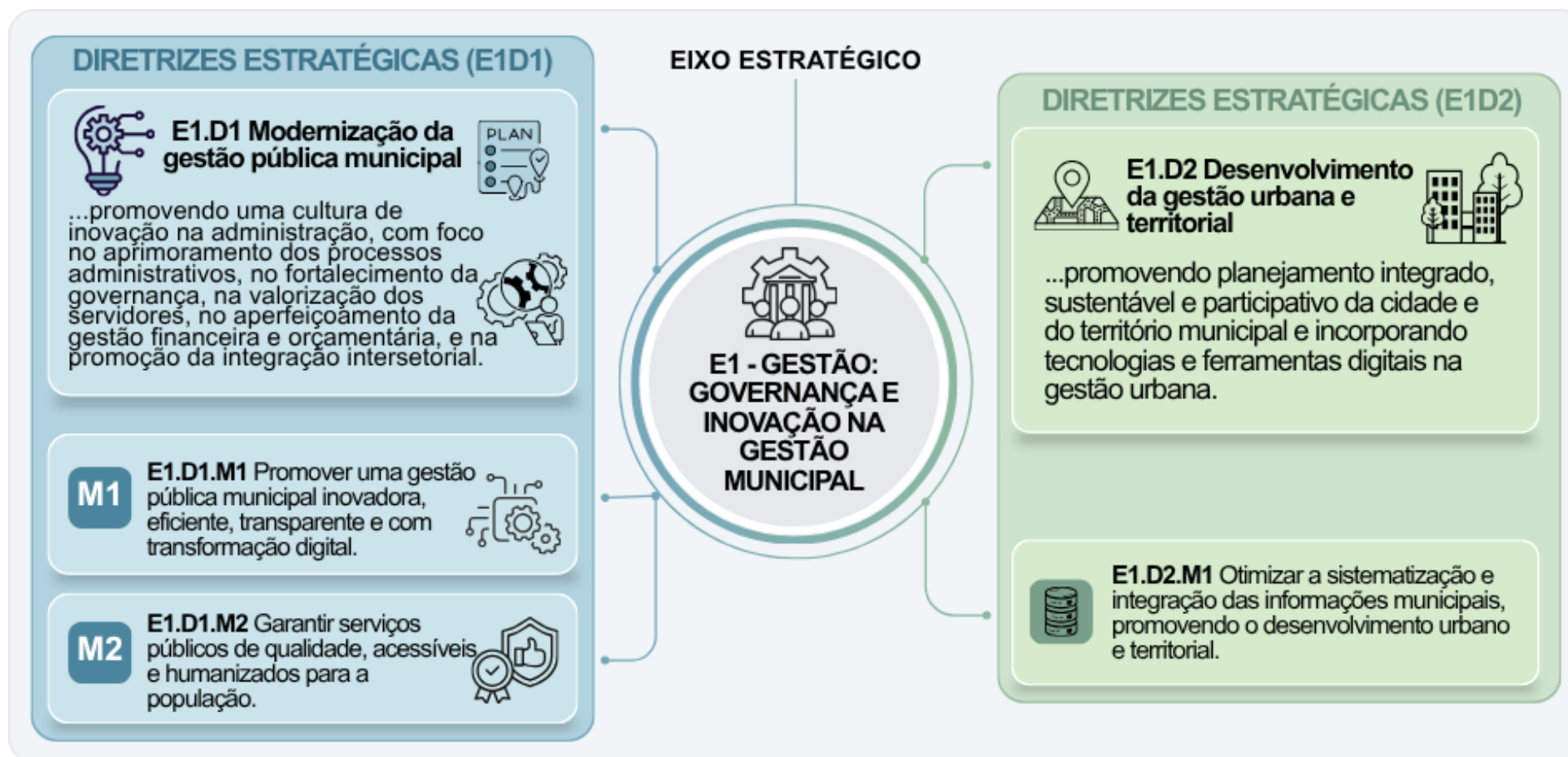


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO/ANEXO 3	
35	GARANTIR A TRANSPARÊNCIA DAS RELAÇÕES ENTRE A GESTÃO DAS UHES E A COMUNIDADE PARA DISCUTIR QUESTÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DA BARRAGEM E POSSIBILIDADE E SOLUÇÕES DE REALOCAÇÃO DO NÚCLEO URBANO OU PARTE DELE EM JACI-PARANÁ.
36	GARANTIR TRANSPARÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE USINA HIDRELÉTRICA E COMUNIDADE COM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE REALOCAÇÃO DO NÚCLEO URBANO EM ABUNÃ.
37	CRIAR MECANISMOS PARA MELHOR COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS DISTRITOS E DAS CONDIÇÕES DE URBANIZAÇÃO EXISTENTES.
38	VIABILIZAR A POSITIVAÇÃO DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS E DE OCUPAÇÃO DO SOLO ADEQUADOS À REALIDADE DE CADA DISTRITO.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO/PAI	
1	ELABORAR ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
2	ELABORAR O PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA
3	ATUALIZAR O CADASTRO TÉCNICO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM PLUVIAL
4	REVISAR O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR REFERENTE AO TEMA "HABITAÇÃO"
5	MONITORAR OS GRANDES CONJUNTOS HABITACIONAIS E IMPLANTAR EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NECESSÁRIOS
6	ELABORAR PLANOS DE MANEJO PARTICIPATIVOS PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS
7	MAPEAR AS OCUPAÇÕES NOS IGARAPÉS E RESPECTIVAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS)
8	REALIZAR INTERVENÇÕES NA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE HISTÓRICO
9	IMPLANTAR SISTEMA DE ROTAS ACESSÍVEIS NO CENTRO HISTÓRICO
10	ELABORAR GUIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS COMERCIANTES DA ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL
11	REALIZAR O INVENTÁRIO DOS BENS HISTÓRICOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
12	IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PORTO VELHO
13	INSTITUIR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO URBANA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO
14	INSTITUIR ZEIS DE VILA PRINCESA, COM ELABORAÇÃO DE PLANO ESPECÍFICO DE INTERVENÇÃO.
15	PROSSEGUIR COM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS DISTRITOS
16	ATUALIZAR A BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL E INSTITUCIONALIZAR O SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES URBANAS E TERRITORIAIS
17	ATUALIZAR O CADASTRO IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO
18	ELABORAR BANCO DE DADOS DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO
19	MAPEAR AS OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES, ENCHENTES E DESLIZAMENTOS.
20	IDENTIFICAR E REGISTRAR O PATRIMÔNIO IMATERIAL DO MUNICÍPIO
21	ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO NORTE, NO TRECHO ENTRE A BR-364 E O PORTO ORGANIZADO E A PONTE RONDON-ROOSEVELT
22	ELABORAR ESTUDO PARA INSTALAÇÃO DE ATIVIDADES PORTUÁRIAS NA ÁREA LOCALIZADA EM TORNO DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO PORTOCHUELO
23	INSTITUIR PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE CALÇADAS E ARBORIZAÇÃO URBANA EM CONSONÂNCIA COM O PLANO DE ARBORIZAÇÃO
24	IMPLANTAR O SISTEMA CICLOVIÁRIO ENTRE OS BAIRROS PERIFÉRICOS E O CENTRO
25	QUALIFICAR A AV. JORGE TEIXEIRA
26	QUALIFICAR A AV. JATUARANA
27	QUALIFICAR A AV. JOSÉ AMADOR DOS REIS
28	REALIZAR INTERVENÇÕES NA BACIA DO IGARAPÉ BATE-ESTACA
29	REALIZAR INTERVENÇÕES NA BACIA DO IGARAPÉ TANCREDO NEVES
30	REQUALIFICAR AS MATAS CILIARES DA BACIA DO IGARAPÉ TANQUES
31	IMPLANTAR O PARQUE PÚBLICO NA ZONA BEIRA RIO
32	FORTALECER O SETOR CHACAREIRO
33	APOIAR ATIVIDADES RURAIS COMO AQUICULTURA, AGRICULTURA, PSICULTURA E PECUÁRIA DE ALTO DESEMPENHO DE MANEIRA SUSTENTÁVEL.



EIXOS ESTRATÉGICOS, DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E MOCRO OBJETIVOS



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (E2D1)



E2.D1 Promoção do desenvolvimento econômico sustentável, fortalecendo a economia local, a inclusão produtiva, a inovação e a geração de emprego e renda, visando um modelo econômico mais diversificado, resiliente e alinhado às potencialidades do território.

M1

E2.D1.M1 Implementar mecanismos para fomentar a inovação, ampliar a capacidade logística, atrair investimentos e desenvolver potencialidades sustentáveis conforme as especificidades do território.



M2

E2.D1.M2 Promover, incentivar e fortalecer as cadeias produtivas sustentáveis e agricultura familiar, conjugando produtividade com qualidade de vida.



M3

E2.D1.M3 Fomentar o desenvolvimento do turismo de base local, da economia criativa e da inovação, promovendo o senso de pertencimento e a valorização da identidade a partir dos bens históricos e culturais de Porto Velho.



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (E2D2)



E2.D2 Promoção de políticas ambientais por meio da valorização dos recursos naturais, qualificando os espaços públicos e estimulando a convivência harmoniosa da população com os ecossistemas locais.

M1

E2.D2.M1 Promover a recuperação e preservação ambiental por meio da restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de áreas degradadas, da ampliação e qualificação das áreas verdes, da conservação dos recursos naturais e da implantação de sistemas sustentáveis, contribuindo para o equilíbrio ecológico, a resiliência climática e a melhoria da qualidade de vida da população.



M2

E2.D2.M2 Promover o convívio saudável da população com a floresta e as águas, por meio de iniciativas de conservação e educação ambiental.



M3

E2.D2.M3 Adotar medidas de compensação, mitigação, adaptação e redução de riscos diante dos eventos climáticos que impactam gravemente o território.



EIXO ESTRATÉGICO

**E2 - CIDADE:
INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
MUNICIPAL**

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (E2D3)



E2.D3 Promoção do acesso universal e de qualidade à infraestrutura urbana e rural assegurando investimentos sustentáveis em saneamento básico, mobilidade, iluminação pública, acessibilidade e conectividade, com respeito ao ordenamento urbano, territorial e ambiental.

M1

E2.D3.M1 Universalizar os serviços públicos de saneamento básico — incluindo drenagem urbana, manejo das águas pluviais, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos — assegurando equidade, regularidade e qualidade em todo o território municipal.



M3

E2.D3.M3 Qualificar os espaços urbanos e os equipamentos públicos, valorizando os elementos naturais e assegurando a melhoria da qualidade de vida da população.



M4

E2.D3.M4 Estimular a mobilidade ativa e acessibilidade universal nas áreas urbanas.



M2

E2.D3.M2 Implementar e modernizar a infraestrutura urbana e rural, incluindo a melhoria da malha viária urbana e das estradas vicinais, garantindo acessibilidade, mobilidade segura, integração dos distritos e melhores condições para o escoamento da produção e fortalecimento das cadeias produtivas.



M5

E2.D3.M5 Promover a implantação de polos de integração intermodal, especialmente nas áreas urbanas, e em todo o território municipal.



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (E2D4)



E2.D4. Ampliação do acesso à moradia digna e à regularização fundiária, priorizando as populações em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações integradas de urbanização de assentamentos, fortalecimento da política habitacional e promoção da função social da terra urbana.

M1

E2.D4.M1 Fortalecer a política habitacional municipal por meio de programas voltados à construção, aquisição e assistência técnica para melhoria habitacional, priorizando famílias de baixa renda e aquelas situadas em áreas de risco ou insalubres.



M2

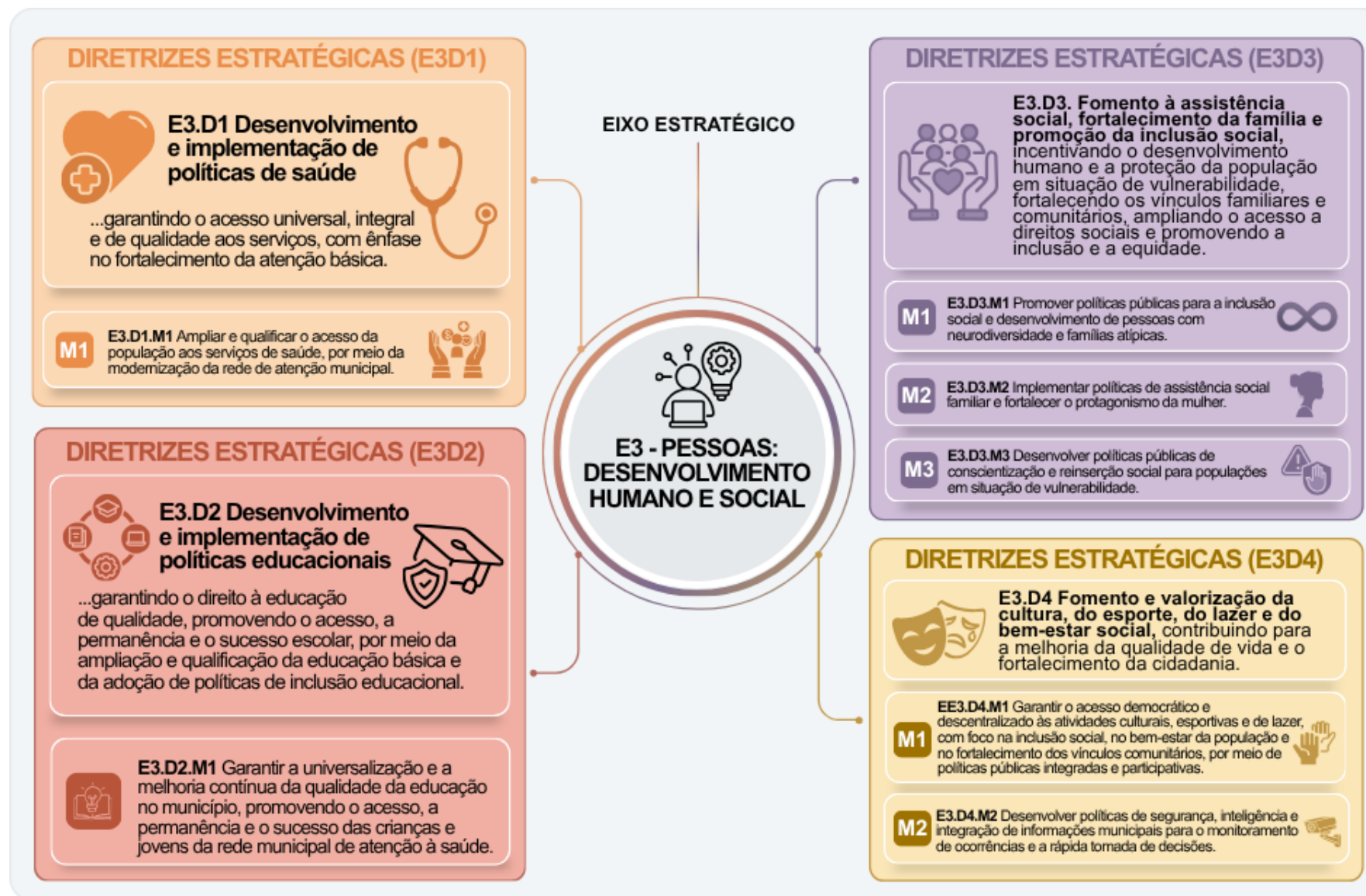
E2.D4.M2 Ampliar as ações de regularização fundiária urbana, assegurando o direito à moradia, à propriedade legal, à urbanização de assentamentos precários e à inclusão social das populações que vivem em áreas consolidadas sem titulação formal, promovendo maior qualificação do espaço urbano.



M3

E2.D4.M3 Fortalecer a estrutura de fiscalização urbana para prevenir práticas de ocupação irregular do solo.





METODOLOGIA INTEGRADA DE ELABORAÇÃO DO PPA 2026–2029

O PPA 2026–2029 foi elaborado com base na integração entre os instrumentos de planejamento municipal, garantindo alinhamento estratégico, coerência das políticas públicas e foco em resultados para a sociedade.

1. CONVERGÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Diversos instrumentos estratégicos foram analisados para identificar convergências com as diretrizes e objetivos do PPA.

	Iniciativas (analisadas)
Plano de Governo	104
PDPM	40
PDPM / Anexo 3	38
PDPM / PAI	33
Ações Estruturantes	24
Ações Prioritárias	7
Outros Instrumentos	17
TOTAL DE INICIATIVAS ANALISADAS	263

TOTAL DE CONVERGÊNCIAS IDENTIFICADAS

3.281

CONVERGÊNCIAS

Cada iniciativa analisada apresenta múltiplas conexões com diretrizes e objetivos estratégicos, evidenciando elevado nível de integração entre os instrumentos de planejamento municipal.

O QUE SIGNIFICA ESTE NÚMERO?



As 263 iniciativas analisadas estão conectadas a diretrizes, objetivos, programas e ações do PPA por meio de **3.281 ligações estratégicas**, assegurando coerência, integração e continuidade das políticas públicas.

2. FLUXO DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA



3. QUANTITATIVO CONSOLIDADO

Nível	Descrição	Quantidade
	Iniciativas analisadas (fonte dos instrumentos)	263
	Convergências identificadas (ligações estratégicas)	3.281
	Eixos Estratégicos	3
	Diretrizes Estratégicas	10
	Macro-objetivos Estratégicos	24
	Programas de Governo	28
	Ações Governamentais	242
	Metas e Indicadores	412

Fonte: Planilha de Convergências – PPA 2026–2029

4. MAPA LÓGICO DO PPA – VISÃO ESTRATÉGICA

NÍVEL	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS	ENTREGA / RESULTADO
INSUMOS	Recursos e fontes utilizados para viabilizar as políticas públicas	Recursos orçamentários, equipes técnicas, informações, normativos e instrumentos de planejamento	Disponibilização dos recursos necessários para execução das ações
PROCESSOS	Como as ações são planejadas e executadas	Programas, ações, parcerias, planejamento integrado e gestão de projetos	Execução organizada e integrada das políticas públicas
PRODUTOS	Bens e serviços gerados pelas ações	Construções, serviços prestados, capacitações, equipamentos entregues	Entrega direta de produtos à população
RESULTADOS	Efeitos diretos e de curto/médio prazo	Melhoria do acesso a serviços, aumento da qualidade de vida, redução de problemas	Mudanças concretas na vida da população
IMPACTO	Transformação social e desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento humano, inclusão social, crescimento econômico, sustentabilidade	Transformação positiva e duradoura no município



PLANEJAR • INTEGRAR • EXECUTAR • MONITORAR • TRANSFORMAR

Planejamento integrado, gestão eficiente e compromisso com as pessoas.





Análise

Cada iniciativa analisada apresenta múltiplas conexões com diretrizes e objetivos estratégicos, evidenciando elevado grau de integração entre os instrumentos de planejamento municipal.

A análise das 263 iniciativas resultou na identificação de 3.280 convergências entre os instrumentos de planejamento, evidenciando um elevado nível de integração e alinhamento estratégico.

Esse volume de conexões demonstra que o PPA 2026–2029 foi estruturado com base em uma lógica sistêmica, na qual cada ação governamental está vinculada a múltiplas diretrizes, objetivos e compromissos institucionais, fortalecendo a coerência das políticas públicas e a efetividade da gestão.

Isso permite afirmar que:

- o PPA não é genérico;
- é **altamente integrado e rastreável**;
- existe **coerência entre planejamento e execução**.

A metodologia adotada permite que o PPA funcione como um instrumento integrado de planejamento, conectando estratégia, execução e monitoramento. Com isso, o município fortalece a gestão orientada a resultados, melhora a alocação de recursos públicos e amplia a capacidade de acompanhamento das políticas implementadas.



Conclusão

O Planejamento Estratégico Esquematizado, fundamentado no Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 consolida-se como um instrumento essencial para orientar a gestão pública municipal de forma integrada, eficiente e sustentável. Sua construção, baseada na convergência entre o Plano de Governo, o Plano Diretor Participativo, os planos setoriais e demais instrumentos de planejamento, assegura maior coerência entre as prioridades institucionais, as demandas da sociedade e a capacidade de execução da administração pública.

A definição dos eixos estratégicos — Gestão, Cidade e Pessoas — permite organizar a atuação governamental de maneira estruturada, estabelecendo diretrizes claras, macro objetivos e programas voltados ao desenvolvimento econômico, social, urbanístico, ambiental e institucional do Município de Porto Velho. Essa organização fortalece a capacidade de tomada de decisão e proporciona maior efetividade na implementação das políticas públicas.

A identificação de 263 iniciativas e 3.281 convergências estratégicas evidencia o elevado nível de integração do planejamento municipal, demonstrando que cada ação proposta está vinculada a objetivos maiores, garantindo rastreabilidade, alinhamento institucional e aderência aos princípios da gestão por resultados.

Além disso, a vinculação entre programas, ações, metas, indicadores e recursos orçamentários transforma o planejamento estratégico esquematizado em uma ferramenta viva de monitoramento e avaliação contínua, permitindo ajustes dinâmicos, maior transparência e melhor aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico Esquematizado baseado no PPA deixa de ser apenas uma exigência formal e passa a representar um instrumento efetivo de governança, capaz de fortalecer a administração pública, ampliar a eficiência da gestão e assegurar que as entregas governamentais gerem impacto real na vida da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Porto Velho.





Prefeitura Municipal de Porto Velho